



Cadernos de Negociação



Número 9 - Julho/agosto 2018

Reforma Trabalhista

Reforma Trabalhista cada vez mais presente nas negociações

Levantamento realizado pelo Sistema de Acompanhamento das Informações Sindicais (Sais), do DIEESE, nos instrumentos de negociação inseridos no Sistema Mediador, do Ministério do Trabalho, no primeiro bimestre de 2018, mostra que condições permitidas pela Reforma Trabalhista estão cada vez mais frequentes. Os temas mais constantes são intervalo intrajornada, local de homologação da rescisão, custeio sindical, banco de horas e horas *in itinere*, nessa ordem.

Todas as cláusulas sobre intervalo intrajornada tratam da redução desse tempo, como permite a Reforma Trabalhista.

Já no caso do local da homologação das rescisões de contrato de trabalho, a maioria das cláusulas vai em direção diferente do que dita a

reforma, ou seja, atesta que a conferência das verbas e todos os acertos sejam feitos nos sindicatos.

Sobre o custeio sindical, a maior parte das cláusulas exige autorização do trabalhador para efetivar o desconto da contribuição pela empresa. Em algumas negociações, no entanto, aparecem outros tipos de contribuição para garantir a sustentabilidade sindical.

Sobre o banco de horas, parte das cláusulas autoriza a realização de acordos individuais com duração de até seis meses. Outra parte condiciona o banco à negociação coletiva com o sindicato.

Em relação às horas *in itinere* (como jornada, pagamento do tempo de deslocamento de casa para o trabalho e vice-versa), a maioria das cláusulas extingue o pagamento, como faculta a nova lei.

Temas da Reforma Trabalhista mais frequentes nas negociações Brasil - Primeiro bimestre de 2018

Intervalo intrajornada	11,4%
Homologação	8,9%
Custeio sindical	8,4%
Banco de horas	7,6%
<i>In itinere</i>	7,6%
Insalubridade gestante	5,5%
Contrato individual (remuneração alta)	5,1%
Rescisão de comum acordo	5,1%
Jornada 12X36	3,8%
Ultratividade	3,8%
Termo de quitação	3,8%
Contrato intermitente	3,4%
Discussão de assuntos já acordados	3,0%
Feriados	2,1%
Férias	2,1%

Fonte: Sistema Mediador

Nota: (1) Foram analisados 113 instrumentos coletivos com cláusulas relacionadas à Reforma Trabalhista (que mencionam o termo Reforma Trabalhista e/ou Lei 13.467), nos quais foram encontrados 237 itens tratando dos temas desta tabela



Aumenta número de demissões por comum acordo entre trabalhador e empresa

A demissão por comum acordo entre trabalhador e empresa, criada com a Reforma Trabalhista, tem aumentado no país. Em dezembro, um mês após a mudança na legislação, foram fechados 6.288 acordos deste tipo. Em junho de 2018, último dado disponível, os acordos nessa modalidade somaram 13.236. Entre novembro de 2017 e o sexto mês deste ano, as demissões por comum acordo somaram 82.984. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho.

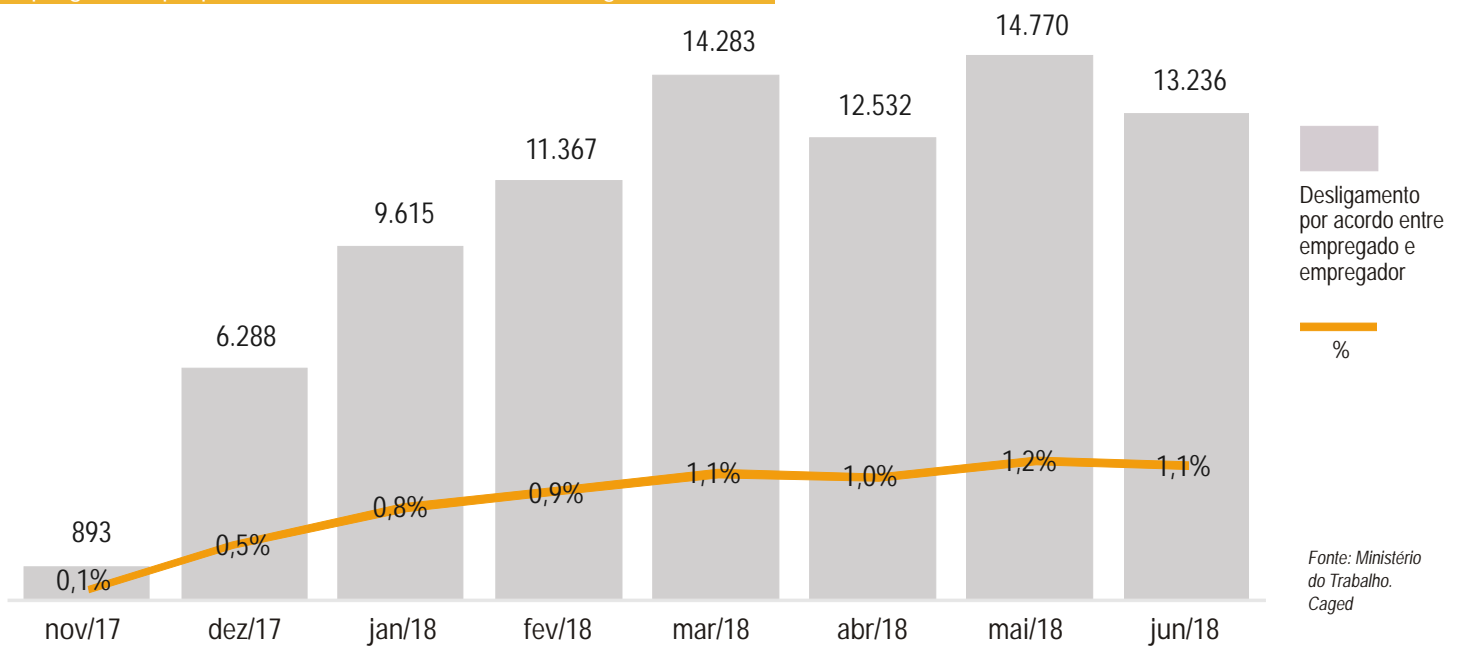
O número ainda é considerado pequeno em relação aos desligamentos, pois representa apenas 1% do total, mas pode avançar.

Nesse tipo de acordo, o trabalhador não tem direito ao seguro-desemprego, recebe metade do aviso-prévio, se indenizado, e 20% da multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, além de só conseguir acessar até 80% do FGTS.

Entre os setores de atividade, o segmento dos serviços foram responsáveis por quase metade dos acordos (48%), seguido pelo Comércio (26%), Indústria (15%) e Construção Civil (5%).

As ocupações mais sujeitas a esse tipo de acordo foram: vendedores, escriturários, trabalhadores de manutenção, vigilantes, garçons, motoristas de veículos, caixas, porteiros, alimentadores de linhas de produção e recepcionistas.

Número de desligamentos por acordo entre empregado e empregador e proporção em relação ao total de desligamentos



As 10 ocupações que mais utilizaram o termo de comum acordo Brasil - nov/2017 a jun/2018

Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	8.040
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	5.799
Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações	3.656
Vigilantes e guardas de segurança	2.379
Garçons, barmen, copeiros e <i>sommeliers</i>	2.289
Motoristas de veículos de cargas em geral	2.276
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	2.214
Porteiros, guardas e vigias	2.133
Alimentadores de linha de produção	2.115
Recepcionistas	1.789

Maior parte dos reajustes tem ganhos reais

No primeiro semestre de 2018, 78,8% dos reajustes salariais tiveram ganhos reais, 11,6% resultaram em recomposição do poder de compra e 9,5% ficaram abaixo da inflação, na comparação com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE).

Em nove dos setores analisados, a maior parte dos reajustes conseguiu ganhos acima da inflação. Os segmentos de transporte (87,5%) e de vigilantes (84,1%) registraram o maior percentual de acordos acima do INPC. Já no químico e no da educação, houve mais reposição da inflação. Nos setores da construção e mobiliário, comerciantes e alimentação, a dificuldade para recompor a perda salarial foi maior.

O maior piso salarial foi de R\$ 8.991,40 (9,42 salários mínimos), pago aos médicos, e o menor, equivalente a um salário mínimo. O valor médio dos pisos foi de R\$ 1.153,39 (1,21 salário mínimo) e o mediano de R\$ 1.079,96 (1,13 salário mínimo).

Distribuição dos reajustes salariais e variação real média dos reajustes, em comparação com o INPC-IBGE, segundo data-base Brasil - 2018

Data-base	Acima	Igual	Abaixo	Variação Real Média	Total (nº reaj.)
Jan	73,1%	12,8%	14,1%	0,82%	1.450
Fev	87,2%	7,4%	5,4%	0,98%	298
Mar	84,9%	11,2%	3,8%	1,03%	418
Abr	83,2%	6,1%	10,6%	1,02%	179
Mai	82,8%	13,6%	3,6%	1,11%	500
Jun	88,2%	5,9%	5,9%	1,45%	51
Total	78,8%	11,6%	9,5%	0,94%	2.896

Fonte: Ministério do Trabalho. Mediador
Elaboração: DIEESE

Valores dos pisos salariais Brasil - 2018

Data-base	Em R\$	Em salário mínimos
Maior	R\$ 8.991,40	9,42
Mediano	R\$ 1.079,96	1,13
Menor	R\$ 954,00	1,00
Médio	R\$ 1.153,39	1,21

Fonte: Ministério do Trabalho. Mediador
Elaboração: DIEESE

Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE, segundo setores selecionados Brasil - Prévia do 1º semestre de 2018

ALIMENTAÇÃO



ACIMA 75,7%
IGUAL 12,5%
ABAIXO 11,8%

Variação real média 0,84%
Nº reajustes 288

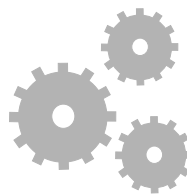
CONSTRUÇÃO E MOBILIÁRIO



ACIMA 74,9%
IGUAL 12,6%
ABAIXO 12,6%

Variação real média 0,96%
Nº reajustes 223

METALÚRGICOS



ACIMA 80,3%
IGUAL 13,6%
ABAIXO 6,1%

Variação real média 1,22%
Nº reajustes 66

QUÍMICOS



ACIMA 73,9%
IGUAL 22,7%
ABAIXO 3,4%

Variação real média 0,95%
Nº reajustes 119

COMERCIÁRIOS



ACIMA 80,3%
IGUAL 7,5%
ABAIXO 12,2%

Variação real média 0,83%
Nº reajustes 147

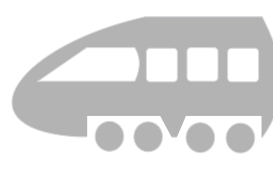
EDUCAÇÃO



ACIMA 80,0%
IGUAL 17,1%
ABAIXO 2,9%

Variação real média 1,24%
Nº reajustes 35

TRANSPORTES



ACIMA 87,5%
IGUAL 8,6%
ABAIXO 3,8%

Variação real média 1,04%
Nº reajustes 313

VIGILANTES



ACIMA 84,1%
IGUAL 9,1%
ABAIXO 6,8%

Variação real média 0,83%
Nº reajustes 88

Fonte: Ministério do Trabalho. Mediador
Elaboração: DIEESE

Petroleiros na luta contra privatização

No último ano, de julho de 2017 a junho de 2018, os trabalhadores da Petrobras realizaram 11 mobilizações, segundo o Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE).

Os protestos mais expressivos, de abrangência nacional, foram, em 2017, a paralisação realizada em 27 de julho e, em 2018, as paralisações de 21 de fevereiro e 30 de maio.

O principal motivo das paralisações é a denúncia dos planos de privatização da empresa, (mencionado cinco vezes nas pautas reivindicatórias). Os protestos contra a reforma trabalhista e sindical foram mencionados quatro vezes.

Os petroleiros também cruzaram os braços contra as medidas tomadas para solucionar a dívida do Fundo de Previdência Complementar, pela manutenção do emprego, por melhores

condições de trabalho e segurança e pela manutenção, em acordo coletivo, dos auxílios (alimentação, transporte, assistência médica) ameaçados pelas condições criadas pela Reforma Trabalhista.

Por que pararam
Principais reivindicações dos petroleiros
Brasil - julho de 2017 a junho de 2018

Motivos	Nº	%
Contra as privatizações	5	45,5
Contra o governo	4	36,4
Alimentação, transporte, plano de saúde	2	18,2
Condições de trabalho/segurança	2	18,2
Manutenção do nível do emprego	2	18,2
Órgão de previdência	2	18,2

Fonte: DIEESE. Sais

Obs.: A soma das linhas pode ser superior ao total, pois uma greve pode ter diversas reivindicações

Inflação / preços

ICV por estrato de renda	Junho 2018 (%)	12 meses
Taxa geral	1,38	4,24
ICV estrato 1	1,66	3,49
ICV estrato 2	1,57	3,89
ICV estrato 3	1,23	4,64

Fonte: DIEESE

ICV - Índice Geral - junho de 2018	Junho 2018	12 meses
Alimentação	2,04	0,85
Alimentação fora do domicílio	0,54	4,13

Cesta Básica Nacional de Alimentos Junho de 2018		
Maior valor	Porto Alegre	R\$ 452,81
Menor valor	Salvador	R\$ 333,00
Maior alta - no mês	Cuiabá	7,54%
Maior tava negativa - no mês	Campo Grande	-4,51%
Salário Mínimo Necessário (SMN)		R\$3.804,06
Salário mínimo		R\$ 954,00

Fonte: DIEESE

SMN equivale a 3,99 vezes o mínimo de R\$ 954,00

Índices de inflação	Mensal jun/2018	12 meses jul/2017 a jun/2018	Projeção de inflação		
			Jul/2018	Ago/2018	Set/2018
ICV geral	1,38%	4,24%	5,03%	5,78%	5,93%
INPC	1,43%	3,53%	4,28%	4,83%	5,07%
IPCA	1,26%	4,39%	5,13%	5,35%	5,34%

Fonte: DIEESE; IBGE

Obs.: Projeção de inflação: para o ICV: 0,90% em julho, 0,70% em agosto e 0,35% em setembro. Para o IPCA, 0,95% em julho, 0,40% em agosto e 0,15% em setembro. Para o INPC, 0,90% em julho, 0,50% em agosto e 0,20% em setembro

Trabalhador que ganha salário mínimo precisou trabalhar, em média, 89 horas e 56 minutos para comprar os produtos da cesta e gastar 44,43% do salário mínimo líquido para comprar os produtos alimentícios básicos

Em junho, o custo da cesta básica aumentou em 15 cidades onde a Pesquisa é realizada. Os principais responsáveis pela alta foram leite integral (entressafra), carne bovina de primeira (exportação e abate de novilhos), feijão (demanda firme e valorização cambial), farinha de trigo (baixa oferta) e óleo de soja (valorização cambial e demanda elevada) e açúcar.

